



**ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência da senhora deputada Mara Caseiro, secretariada pelos deputados Caravina e Marcio Fernandes, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente sessão ordinária.

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao deputado Caravina que assuma a primeira-secretária. Com a palavra o senhor segundo-secretário em exercício, nobre deputado Caravina, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Caravina - PSDB) — Bom dia, senhora presidente. Demais parlamentares, público presente. *"Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Três da Vigésima Sétima Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Caravina, Pedro Kemp, Zeca do PT, Gerson Claro, Professor Rinaldo, Lidio Lopes, Roberto Hashioka, Marcio Fernandes, Junior Mochi, Zé Teixeira e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Gleice Jane, Lia Nogueira, Renato Câmara, João Henrique e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Caravina. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 55/2024, de autoria do deputado Coronel David. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 312/2023, de autoria do deputado Neno Razuk. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 50/2024, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Paulo Corrêa, Caravina e Zé Teixeira, endereçada aos familiares de Carlos Dias Miranda; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à Marinha do Brasil e outros; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares da 11ª Companhia de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, 3º Pelotão da Força Tática, em reconhecimento do profissionalismo com que se houveram numa diligência para deter a ação de um indivíduo que vinha praticando vários assaltos no município de Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada à Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), em nome do presidente, Guilherme de Barros Costa Marques Bumlai, pelo sucesso da 84ª Expogrande (Exposição Agropecuária Internacional de Campo Grande) e pelos seus esforços em impulsionar e valorizar os criadores sul-mato-*



*grossenses; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos: PM Carla da Silva Silveira, tenente-coronel PM Wilmar Fernandes, delegada de polícia Ana Cláudia Pimentel Malheiros, segundo-tenente PM Sebastião Eneri dos Santos Lara, terceiro-sargento PM Fabio Oliveira Pinzan, terceiro-sargento PM Rodrigo Lopes Rodrigues, CB PM Rodrigo Sarate Machado, CB PM Henrique de Almeida Ramos e CB PM Paulo Lobo Santos, em comemoração à Semana Estadual da Segurança Pública, instituída pela Lei nº 4.933, de 10 de novembro de 2016; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à atleta Sílvia Vieira Crestani, por sua classificação para compor a Seleção Brasileira de Kungfu Whusu no 14º Campeonato Pan-Americano, que será realizado em 28 de agosto de 2024, na cidade de Santa Clara, Califórnia/USA; requerimento de autoria do deputado Pedrossian Neto solicitando a criação de uma comissão temporária de acompanhamento das obras do estádio Pedro Pedrossian, o “Moreirão” localizado em Campo Grande, sob administração da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (Fapec). O deputado João Henrique pediu vista do requerimento de informações, Protocolo nº 604/2024, de autoria da deputada Gleice Jane; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Coronel David e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Jamilson Name, João Henrique, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Lucas de Lima, Coronel David, Caravina e Roberto Hashioka. O senhor presidente suspendeu a sessão para o uso da tribuna pela Senhora Luiza Ribeiro, vereadora pelo município de Campo Grande, para discorrer sobre os desafios enfrentados por mulheres ocupantes de espaços de poder sobre combate à misoginia. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezessete de abril do ano de dois mil e vinte e quatro”. Está lida a ata, senhora presidente.*

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Convido o nobre deputado Marcio Fernandes, no exercício da primeira-secretaria, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Marcio Fernandes - MDB) — Ofício nº 211/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, respondendo à indicação do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 027/2024); Ofícios nºs 3295, 3308, 3313 e 3317/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Lia Nogueira, Coronel David e Zeca do PT (Prot. nºs 490, 369/2024, 5872, 4510/2023); Ofícios nºs 3.324, 3.333, 3.339, 3.343, 3.349 e 3.353/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares, João César Mattogrosso, Junior Mochi, Lidio Lopes e Lia Nogueira (Prot. nºs 6008, 6321, 6225, 311, 7100, 7040/2023; Ofício nº 1.122/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 247/2024). Foi lido o expediente, senhora presidente.

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhora presidente, posso fazer a leitura daqui da mesa mesmo?

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Por favor, deputado.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Muito bom dia, senhora presidente em exercício, deputada Mara Caseiro. Bom dia, nobres pares, quem nos honra com a sua presença e quem nos assiste pela TV Assembleia. Senhora presidente, quero fazer duas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando estudos para realização de recapeamento da MS-295, denominada Guairá-Porã, entre os municípios de Eldorado a Amambai. Trata-se de uma reivindicação de moradores que utilizam a rodovia supracitada e padecem com a sua precariedade — esse pedido já foi feito por mim e por vários outros deputados. Outra. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando os serviços de patrolamento e encascalhamento na MS-280, em caráter emergencial, no trecho que liga os municípios de Caarapó e Laguna Carapã. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações dos moradores que utilizam a rodovia supracitada e padecem com o seu precário estado de conservação; com a devida justificativa anexa, senhora presidente. É o que tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) – Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDRO PEDROSSIAN (PSD) — Muito bom, dia senhora presidente, nobres colegas deputados. Queria apenas fazer um comunicado, acerca da reunião que tivemos ontem lá em Brasília. Tive a oportunidade de me reunir com o ministro Renan Filho, dos Transportes. Presentes nessa reunião estavam também o vice-governador Barbosinha, o senador Nelsinho Trad, o prefeito de Maracaju, Marcos Calderan, o prefeito de Ponta Porã, Eduardo Campos, e representantes do município de Sidrolândia — o ex-governador Reinaldo Azambuja estava em Brasília e também participou do encontro. Foi muito importante nosso evento, porque discutimos a revitalização da ferrovia e obtivemos do Governo Federal a confirmação de que o trecho Três Lagoas-Campo Grande vai ser tirado do papel, será repactuado junto à Rumo Logística nesse sentido; e que aquele novo modelo — isto é, esquecendo-se o lado paulista e priorizando um novo trecho, de Três Lagoas a Aparecida, e, a partir desta, usando-se a malha paulista — isso está confirmado pelo Governo Federal. É um grande avanço, presidente, pois a Rumo Logística queria levar só até Ribas do Rio Pardo; o governador Eduardo Riedel foi firme e disse: "Só até Ribas do Rio Pardo não aceitamos, nós queremos pelo menos até Campo Grande." Isto está pacificado e em breve teremos notícias com relação a isso. Quanto ao trecho Campo Grande-Ponta Porã, nós



mostramos os dados, mostramos os números, tantas toneladas de soja, tantas toneladas de milho, de fertilizantes, tantos litros de etanol (três bilhões de litros de etanol, dois milhões de toneladas de açúcar) — e o ministro se convenceu da necessidade estratégica desse trecho e prometeu que, tão logo repactuemos o trecho Três Lagoas-Campo Grande, haverá um novo estudo, um novo capítulo, para incluir o ramal Campo Grande-Ponta Porã. É um grande avanço — para surpresa daqueles que sempre foram céticos quanto à revitalização da ferrovia, nós demos uma amostra de que, sim, é possível fazer; sim, Mato Grosso do Sul vai avançar. Aquilo que para muitos era apenas utopia, para nós é um sonho totalmente possível, e nós vamos tirá-lo do papel. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia a todos. Estávamos aí num evento técnico com a presença do governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, com a presença novamente da ministra Marina Silva e do governador Eduardo Riedel, quero agradecer aos deputados que estiveram presentes nesse evento para tratar do nosso bioma Pantanal. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, bom dia. Bom dia, deputados, deputadas. Bom dia a quem nos assiste e ouve pela Rádio e TV Assembleia, público presente. Senhor presidente, quero apresentar duas indicações. A primeira é dirigida ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willeman de Souza, ao secretário executivo da Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Melo Pereira, solicitando a disponibilização de uma patrulha mecanizada com implementos para atender às necessidades de produção dos agricultores familiares do Assentamento Rio Feio, localizado no município de Guia Lopes da Laguna. A segunda indicação é endereçada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a elaboração de projeto executivo para a construção de uma ponte de concreto sobre o rio Feio, bem como a realização de obras de manutenção na estrada que dá acesso ao Assentamento Rio Feio, no trecho compreendido entre a entrada do assentamento e a MS-382, no município de Guia Lopes da Laguna. Eram essas duas indicações... Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pedi pela ordem por duas razões. Primeiro para justificar a minha ausência nesse tão importante evento que trouxe aqui a Marina Silva, ministra do governo do presidente Lula na área de meio ambiente, e também trouxe, por sua envergadura, o governador do estado vizinho, do irmão Mato Grosso "do Norte". Não pude ir porque participei, presidente, — até porque recebi convocação logo cedo, deputado Pedro Kemp, da Superintendência do MDA [*Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar*] e da Superintendência do

Inkra — de um evento importante, de uma reunião lá na sede do Incra (fomos eu e o secretário Eduardo Rocha, a mando do governador Eduardo Riedel), sede esta que se encontra ocupada desde ontem por trabalhadores em meio às atividades do Abril Vermelho. Acorremos a essa reunião para tentar distensionar o clima, arrefecer os ânimos e encaminhar a pauta de reivindicações que nos apresentaram. Eis a justificativa da minha ausência, senhor presidente; e assim que puder vou fazê-la também à ministra Marina Silva, por quem tenho o maior carinho e respeito, por sua história, por sua trajetória. Para concluir, senhor presidente, é com orgulho que registro uma visita que esta Casa recebe neste momento da nossa Sessão. Visita-nos hoje a minha amiga, amiga do presidente Lula, proprietária de um dos mais famosos restaurantes de Brasília, lá na Vila Planalto, que originou a história de Brasília, porque ali residiam os candangos que construíram a capital. Está aqui a senhora Zélia de Oliveira, figura extremamente querida, com uma história extraordinariamente rica, interessante, saiu lá do estado dela do Nordeste e veio se constituir numa das principais empresárias da gastronomia, com seu restaurante em Brasília. Quero dar as minhas boas-vindas à senhora Zélia de Oliveira, que ela tenha mais uma vez uma grande estada neste estado que tem por ela um enorme carinho. Recebo dona Zélia em nome da bancada do PT, porque tenho absoluta certeza que falo em nome de Pedro Kemp e de Gleice Jane, é o mínimo que posso fazer diante do carinho com que ela sempre nos recebe em Brasília. Obrigado, dona Zélia, por sua presença nesta Sessão. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registro os cumprimentos de toda a Casa, deputado Zeca, à dona Zélia. Obrigado pela visita à nossa Casa... Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, quem nos prestigia com sua presença, imprensa. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para apresentação de um projeto de lei e duas indicações. O projeto de lei dispõe sobre o auxílio a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos estabelecimentos comerciais do estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Artigo 1º - Os hipermercados, supermercados, estabelecimentos comerciais e congêneres devem disponibilizar durante o horário regular de funcionamento funcionários para, em caso de necessidade, auxiliar, isolada ou cumulativamente, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que estejam no interior do estabelecimento a fim de realizar compras, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 2º - O auxílio estabelecido nesta lei compreende: I - conduzir a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida no interior do estabelecimento; II - indicar a localização do objeto desejado; III - conduzir o carrinho de compras; IV - pegar e colocar o objeto desejado no carrinho de compras; V - ler as informações referentes a produtos, tais como preço, oferta, data de validade, especificações e o que mais se fizer necessário; VI - empacotar as mercadorias e colocá-las à disposição para a condução por parte da pessoa auxiliada. Artigo 3º - As pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida devem solicitar o auxílio estabelecido nesta lei junto ao balcão de informações ou de atendimento, ou, em não havendo o referido setor, a qualquer funcionário do

estabelecimento comercial. Artigo 4º - Não é obrigatório que os estabelecimentos contratem funcionários especificamente para o cumprimento desta lei: basta que promovam uma capacitação adequada de seus colaboradores já existentes para que estes possam oferecer o auxílio necessário às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme estabelecido nos artigos anteriores. Artigo 5º - O descumprimento das disposições desta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, nos termos do artigos 56 e 57, devendo a multa ser estipulada em regulamentação própria e revertida para o Fundo de Defesa do Consumidor. Artigo 6º - Esta lei entra em vigor 90 dias após sua publicação. Assina o deputado Junior Mochi. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, por cópias autônomas, solicitando, em caráter de urgência, a realização de obras de patrolamento, encascalhamento e levantamento de greide, na MS-142, no trecho que liga Camapuã ao distrito de Areado, no município de São Gabriel do Oeste; em atendimento ao pedido da população encaminhada ao nosso gabinete, inclusive, presidente, acompanhado de um filme que estou repassando ao secretário de Obras para que medidas sejam tomadas em regime de urgência, uma vez que a estrada está praticamente intransitável em determinados trechos. Indicação. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado com urgência ao secretário de estado de Logística e Infraestrutura, doutor Hélio Peluffo Filho, solicitando o melhoramento do pavimento da MS-223, através do levantamento de greide e encascalhamento, no município de Figueirão, mais precisamente no trecho da região da Ponte de Pedra e rio Quati. Por não possuir saída de água, a estrada se deteriorou devido às enxurradas que vieram com o período de chuvas. É o presente pleito em atendimento à solicitação do vereador Edgar José de Lima, por meio de ofício enviado a este gabinete, cuja cópia segue anexa à presente indicação... Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para reiterar uma solicitação que fizemos já anteriormente (já duas vezes reiterada) ao governo do estado. Falo da questão dos débitos consignados dos nossos servidores estaduais. Solicitei, senhor presidente, o envio a esta Casa do total das dívidas consignadas dos servidores públicos estaduais, quais são as instituições credoras, qual a taxa de juros praticada nesses empréstimos. Em verdade, senhor presidente, isso é uma questão de extrema urgência. Nossos servidores estaduais estão realmente com a capacidade de endividamento no teto. Isso prejudica sua remuneração, prejudica sua sobrevivência. É preciso obviamente que se estude uma forma de alongamento da dívida, de redução dos juros cobrados, para poder aliviar o bolso do servidor público estadual. Portanto estou aqui verbalmente reiterando a solicitação já feita ao secretário de Administração. É só, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, primeiro quero agradecer o seu convite. Estivemos agora no Bioparque, num evento importante para o meio ambiente de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Senhor presidente, trago uma pauta absolutamente energética, na verdade duas indicações ligadas à Energisa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor Marcelo Vinhaes, diretor-presidente da Energisa em Mato Grosso do Sul, solicitando providências urgentes no sentido de realizar a conexão da rede elétrica no loteamento Portal do Pintado II, área rural do município de Anastácio. A solicitação se faz necessária, pois o representante de um condomínio localizado no referido loteamento realizou a execução de um projeto de rede elétrica sob o número 06373/23, ordem de serviço nº138976029, acontecendo o seguinte. A Energisa exarou o aceite da obra, que consiste na conexão da rede particular com a rede da Energisa, sendo que esta emitiu o boleto no valor de R\$ 9.828,08, cujo pagamento foi efetuado dia 23 de novembro de 2023, tendo sido informado que a liberação foi confirmada sob o número 025230052, tendo o prazo de 120 dias a realização da obra. Entretanto, até o presente momento não foi realizada a instalação dos padrões para ligação da rede elétrica. Como comentava há pouco com a deputada Mara, apesar da presteza do diretor-presidente Marcelo Vinhaes, há muita coisa que sai do seu controle, como é o presente caso. Registro também, senhor presidente, meu primeiro projeto de lei, depois do meu retorno a esta Casa. Falei com a deputada Mara, que havia apresentado projeto similar; fizemos aqui algumas alterações que serão avaliadas pela CCJR, dirigida brilhantemente pela deputada Mara. Esse projeto obriga as empresas prestadoras de serviço público do estado de Mato Grosso do Sul a expedir notificação prévia ao usuário ao realizar vistoria ou manutenção técnica que signifique interrupção do serviço. "Artigo 1º - As empresas prestadoras de serviços públicos de Mato Grosso do Sul — todas elas, não só as de energia elétrica — ficam obrigadas a expedir notificação prévia ao usuário quando realizarem vistoria ou manutenção técnica que ocasione interrupção do serviço. Parágrafo 1º - A notificação prévia ao usuário deve ser feita com antecedência mínima de 72 horas da data da realização da vistoria ou manutenção. Parágrafo 2º - A regra prevista no *caput* visa a garantir a proteção da defesa do direito do consumidor, na forma do inciso V do artigo 22 da Constituição Federal, e das disposições da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Artigo 2º - A notificação da suspensão deve ser escrita, específica e com a entrega comprovada, sendo possível por meio de mensagem eletrônica, contendo as seguintes informações: data, horário e local da realização da vistoria ou manutenção, período da interrupção do serviço e a justificativa. Artigo 3º - A empresa prestadora do serviço que deixar de realizar a notificação prévia, nos termos previsto nesta lei, ficará sujeita às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.878, de 11 de setembro de 1990. Artigo 4º - O descumprimento das disposições estabelecidas nesta lei será fiscalizado pelos órgãos e entidades competentes de proteção dos direitos do consumidor." Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência solicita aos ainda inscritos no Pequeno Expediente, deputado Renato Câmara e deputada Mara Caseiro, se puderem, que coloquem sobre a mesa suas indicações ou que deixem para a próxima semana... Nós vamos encerrar o Pequeno Expediente já que regimentalmente temos de iniciar a Ordem do Dia às onze horas. Deputado Renato?...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem. Entre as dez indicações aqui, gostaria de destacar uma...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só uma hoje, deputado?!... Vamos lá.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Só uma... Como estamos na semana da segurança, gostaria de destacar uma indicação aqui, a ser encaminhada ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando medidas urgentes para fortalecer a segurança viária do estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de um pleito, senhor presidente, que nos foi encaminhado pelo Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran), que solicita medidas urgentes para fortalecer a segurança viária do estado. Considerando a relevância da Semana Estadual da Segurança Pública e a necessidade de garantir a ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio nas vias públicas de Mato Grosso do Sul, é de grande importância o atendimento da presente solicitação. O texto segue apresentando vários itens que justificam a criação da "Segurança Viária", que é um tema que já foi discutido várias vezes por esta Casa, em audiências públicas, com especialistas. Faz-se necessário termos uma resposta o mais urgente possível a esse encaminhamento. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: sete indicações (Prot. nºs 01193/2024, 01194/2024, 01195/2024, 01196/2024, 01199/2024, 01200/2024, 01198/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 01204/2024). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 01197/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01201/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 01192/2024, 01189/2024); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01190/2024, 01187/2024); duas moções de pesar (Prot. nºs 1191/2024, 01188/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: três indicações (Prot. nºs 01211/2024, 01209/2024, 01210/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 1206/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01205/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 01203/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 01207/2024, 01208/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Fica suprimido o Grande Expediente. Gostaria de registrar e agradecer a presença: do senhor Alexandre Costa, presidente Sindicato dos Trabalhadores da Seguridade Social; do senhor Ricardo Bueno, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social; do senhor Zanon Laminier, vereador do município de Coxim; e do senhor Márcio Barbosa



de Souza, vereador também do município de Coxim. Obrigado pela presença. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, com vinte e três deputados e deputadas presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou registrar como se fossem vinte e quatro, afinal o deputado Antonio Vaz, deputado Pedro Kemp, está representando a Casa nos Estados Unidos num importante evento. Agradecemos a presença dos senhores Danilo Alves Bastos, Daniel Balbino da Silva, Maria Aparecida Ferreira Silva, e Rafael Gusmão, todos vereadores do município de Anaurilândia. Bem-vindos à nossa Casa. Ordem do Dia. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 030/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Fica instituído o Dia da Defensora e do Defensor Público no estado de Mato Grosso do Sul, a ser comemorado anualmente no dia 19 de maio." A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Junior Mochi para discutir.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu propus esse projeto de lei em virtude de uma solicitação da própria Defensoria Pública, que tem o seu dia, o dia 19 de maio, esse projeto de lei eu propus em razão de uma solicitação da própria Defensoria Pública, que tem o 19 de maio como o seu dia, e em reconhecimento e valorização de uma categoria tão importante na distribuição da justiça aos menos favorecidos em Mato Grosso do Sul. Peço portanto o apoio dos pares na aprovação; vou até solicitar ao governador, em sendo aprovada a matéria, que venha a esta Casa sancionar a lei (coloco desde já a proposição), numa homenagem a essa categoria tão importante para Mato Grosso do Sul e para o país.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 030/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 273/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Dá ao município de Nioaque o cognome de 'Vale dos Dinossauros'". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão...



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Para discutir, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Este projeto de lei decorre de uma solicitação da Câmara Municipal de Nioaque, de uma proposição do vereador Pablo Juan Pacho Correa aprovada por unanimidade. O projeto fundamenta-se no potencial turístico e no valor histórico e científico que esse título pode conferir à cidade de Nioaque, além de representar um anseio da comunidade local. Com efeito, os registros paleontológicos atestam que aquela região, lá na Pré-História, foi habitada pelos dinossauros. Assim, esse título, esse reconhecimento é importante na divulgação, no incentivo e no incremento do turismo naquela cidade, além de lhe conferir um inegável valor histórico. Por isso, solicito também o apoio dos senhores deputados na aprovação desse projeto de lei.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar: o consultor deputado Renato Câmara já viu, o que já foi atestado por paleontólogos e antropólogos, uma pegada de dinossauro em Nioaque. Ainda em discussão...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Zeca, para discutir.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero elogiar a iniciativa do deputado Junior Mochi. De fato esse projeto enaltece uma cidade histórica, que é Nioaque. Parabéns! Em segundo lugar, se Vossa Excelência permitir, presidente, copiando o deputado Junior Mochi, gostaria de apresentar, Pedro Kemp, um projeto de lei homenageando os dinossauros da política deste estado. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Para declarar o voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Declaração de voto: deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Quero parabenizar o deputado Junior Mochi. É muito importante colocar nome nas incidências geológicas, paleontológicas, etc. Lá nesse "Parque dos Dinossauros", agora "Vale dos Dinossauros", já está ocorrendo turismo, muitas pessoas querem ver essas pegadas; elas existem, são reconhecidas. Tive a oportunidade de visitar o sítio onde estão essas pegadas, e muitas pessoas, até de outros países, já estão indo fazer essa visitação. Talvez esse *marketing* realmente atraia mais turista e também mais pesquisa, quem sabe isso realmente desenvolva o turismo na região de Nioaque — seria uma grande alternativa



de renda para os produtores e demais moradores da região. Parabéns, deputado Junior Mochi!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação...

Projeto de Lei nº 273/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Só para agradecer o apoio e a parceria dos senhores deputados. Na verdade houve, inclusive, deputado Renato, um vídeo do Globo Ciência divulgando realmente a existência do vale dos dinossauros, das pegadas, reconhecidas por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2015. Acho que é importante realmente no contexto histórico, mas, acima de tudo, na atração de investimentos turísticos para a cidade de Nioaque. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 307/2023. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Proíbe ações ativas de *telemarketing* via ligação telefônica realizada por robôs, *bots* ou por programa de *software* que execute tarefas automatizadas, repetitivas e pré-definidas para essa finalidade no estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado João Henrique. Em discussão...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, gostaria de ressaltar a importância desse projeto. Nós como consumidores não aguentamos mais o verdadeiro *bullying* que muitas empresas fazem na tentativa de vender produtos e serviços através de robôs que ligam repetidamente para as pessoas e você não consegue se desvencilhar. Então, nós apresentamos esse projeto de lei mais duro para proteger o interesse do consumidor de Mato Grosso do Sul, proibindo a ação de *telemarketing* feita por robôs. Fica portanto ainda mantido o *telemarketing* feito por pessoas e também o *telemarketing* eletrônico no caso de cobrança. No caso presente,



proíbe-se a oferta de programas de produtos e serviços. Recentemente houve inclusive uma chamada das três principais empresas de telefonia do Brasil preocupadas com relação a essa questão. E nós garantimos que aqui em Mato Grosso do Sul nós não vamos mais aceitar essa forma como a população tem sido tratada, com esse verdadeiro abuso das empresas na tentativa de vender produto não solicitado. Por isso peço o apoio e o voto dos colegas deputados. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão.
Em votação.

Projeto de Lei nº 307/2023, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tomara, deputado Pedrossian, que esse povo pare de incomodar... Aprovado o projeto. Vai à redação final. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 063/2024. Autor: Tribunal de Contas. Ofício nº 62/2024/GAB-PRES - "Revoga o artigo 7º da Lei nº 4.853, de 27 de abril de 2016, e acrescenta os artigos 19-D e 19-E na Lei nº 3.877, de 31 de março de 2010, que dispõe sobre a consolidação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de positivar e assegurar o recebimento de auxílio-educação e auxílio-transporte aos servidores do Tribunal de Contas." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Supressiva 01, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 63/2024, de autoria do Tribunal de Contas.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 03 requerimentos, 16 indicações...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu gostaria de pedir vista no requerimento da deputada Gleice Jane...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 3.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — ...e ao mesmo tempo solicitar a Vossa Excelência o destaque da moção de aplauso do deputado Zeca do PT ao presidente Lula.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos então votar em destaque a moção de aplauso... Pela ordem, deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Se não merece uma moção de aplauso, é melhor então que o estado não tenha as quase três mil casas...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência vai ter a oportunidade de fazer a defesa da moção; agora temos de votar em destaque, o deputado nem votou contra: só pediu destaque. Vamos votar então: 02 requerimentos, 16 indicações e 05 moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. O Item 3 sai de pauta, com pedido de vista do deputado Coronel David... É o Item 1 da moção de aplauso, Protocolo nº 1174/2024, apresentado pelo deputado Zeca do PT, em âmbito estadual e federal. Moção de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópias ao Ministro das Cidades, senhor Jader Barbalho Filho, bem como ao Secretário Nacional de Habitação. Em discussão a moção de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva... Vou discutir, e peço licença para falar daqui da presidência... Deu-se o mesmo na época do governo Bolsonaro, e eu me posicionei favoravelmente. Esta é a minha posição, porque entendo que não é a pessoa, é a importância para o país da figura do presidente da República. Então, solicito aos deputados que votemos favoravelmente à moção de aplauso apresentada pelo deputado Zeca, porque entendo que é uma atitude republicana desta Casa. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu queria fazer uma declaração de voto.

PRESIDENTE (Deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu fico admirado de ver como algumas pessoas insistem nessa polarização política que teve início no país depois da eleição do ex-presidente Bolsonaro. Admira-me a postura raivosa, a postura de intolerância, a postura de intransigência perante o resultado soberano das urnas que elegeu o presidente Lula. Acho que nós temos de parar com isso, eu acho que nós temos de ter a maturidade política de entender o que que é uma ação de Estado, o que que é uma ação de um governo federal, que inclusive realiza aqui em Mato Grosso do Sul várias ações que beneficiam a população; e algumas pessoas insistem em não querer reconhecer, não querer, inclusive, apoiar ações importantes do Governo Federal. Isso gera na gente uma tristeza e ao mesmo tempo uma revolta até — revolta-nos ver como alguns querem fazer a todo momento o terceiro turno das eleições: aqueles que perderam as eleições e não reconhecem o resultado das urnas! Nós vivemos num país



democrático, e quem manda é o povo, e o povo se manifestou soberanamente através das urnas e elegeu... Lula!... pela terceira vez como presidente da República; e quem não aceita isso é um antidemocrata, e quem não aceita as ações do Governo Federal que beneficiam o povo, está contra o povo, o povo do Mato Grosso do Sul. A moção do deputado Zeca do PT é para enaltecer uma política que está trazendo casas. Casas! Está trazendo casas para o povo, povo que precisa de casas, e na área rural, e nos assentamentos. Quem pode ser contra isso?!... Quem pode ser contra isso?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, presidente, quero justificar meu voto.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ...Só por intransigência política, por intolerância política...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ...que alguém não aceita uma moção dessa natureza. Esta é a minha declaração de voto.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não! Já está encerrada a discussão: estamos em votação. Assim que terminar a votação, o senhor tem a oportunidade de falar.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para declarar o voto, senhor presidente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Para declarar voto também, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos seguir o Regimento. Declaração de voto neste momento é possível. Com a palavra, para declaração de voto, deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para dizer duas coisas. Se eu entrar na próxima terça (que amanhã não temos sessão) com uma moção de aplauso ao Grupo JBS, que vai investir 200 milhões na duplicação da sua planta frigorífica de Campo Grande, gerando com isso mais de dois mil empregos e processando o dobro de carne para exportar para o mercado asiático e particularmente para a China, todo mundo aqui ia votar favoravelmente — mesmo não reconhecendo que isto é resultado de uma articulação do governo do presidente Lula, para ampliar em mais 38 plantas a capacidade de venda do produto do agro para o mercado chinês. Isso é preconceito. Segunda-feira à noite estou indo a Brasília. Uma das reuniões que vou ter lá será com a Sesai [*Secretaria de Saúde Indígena*], com a Funai [*Fundação Nacional dos Povos Indígenas*] e com o ministério... É uma reunião para buscar investimento para construir um programa, Pedro Kemp, específico para a construção de casas nas aldeias e nas colônias de pescadores. Será que vai precisar de novo haver todo um debate se vier essa moção de aplauso, vindo de lá mais mil casas?!... Pronto, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, esta é a casa da democracia, e o posicionamento dos deputados nesta Casa tem de ser respeitado dentro dos ditames democráticos. E me chama a atenção uma coisa, que o deputado Pedro Kemp deve ter tido amnésia, já que não parecer recordar os escândalos que ele fazia contra qualquer ato nosso reconhecendo os feitos do presidente Bolsonaro. Então, antidemocrata é ele! [*reação na plenária*]... Podem falar, os petistas podem falar, a esquerda pode falar, mas eu vou continuar defendendo aqui o que eu preciso defender: pra isso fui eleito. Então, presidente, voto contra essa moção de aplauso, pela democracia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Voto declarado. E eu gostaria de pedir licença — não é comum esta presidência fazer isso — para também votar "sim" a essa moção de aplauso, mantendo o espírito democrático desta Casa.

Requerimento nº 1174/2024.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Não.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Com a declaração de voto do presidente, são dezesseis votos favoráveis e quatro contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a moção de aplauso do deputado Zeca. Vai ao Expediente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, já fotografei o painel, para levar o voto do marido da prefeita de Campo Grande negando uma moção de aplauso ao presidente Lula. Vou pedir, em nome da verdade, que nenhuma casa mais seja destinada para a prefeita de Campo Grande.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há moções de pesar. Está encerrada a Ordem do Dia. Agradeço aos senhores deputados. Neste momento nós...

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Senhor presidente, eu gostaria de comunicar aos colegas que tive a oportunidade, agora de manhã, juntamente com o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, e com o governador Eduardo Riedel, de entregar à ministra Marina Silva a nossa indicação solicitando a inclusão do Pantanal sul-mato-grossense como patrimônio nacional no artigo 225, parágrafo 4º, da Constituição brasileira. Tive essa oportunidade, que entendo de relevância, considerando que ainda há pouco estava acontecendo um seminário



tratando da proteção do Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradecemos e registramos a presença da senhora Laine Dimeira dos Reis, vereadora do município de Rio Verde; senhor Edmilson Lucas, vereador do município de Bonito; senhor Rodrigo Sacuna, vereador do município de Naviraí; senhor Mário José de Souza, vereador do município de Bandeirantes; senhor Luiz Marconato, procurador do município de Bandeirantes; e o senhor José Odorico de Oliveira, vereador do município também de Rio Verde. Neste momento nós suspendemos a sessão para uso da tribuna para manifestação externa, por solicitação e requerimento da deputada Gleice Jane... Mas já aproveito para comunicar que, por acordo de lideranças, neste semestre, até o período eleitoral, esta deverá ser a última manifestação externa. Suspendo a Sessão [11h35min] e convido a deputada Gleice para vir até aqui à mesa para presidir, pelo tempo regimental, o pronunciamento do senhor Ricardo Bueno, coordenador do Fórum de Servidores e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Seguridade Social de Mato Grosso do Sul, que vai discorrer sobre previdência estadual sob a ótica dos servidores. Convido o palestrante a ocupar o seu lugar na tribuna. Vossa Senhoria disporá de quinze minutos, para falar exclusivamente sobre o tema, podendo ao final os deputados fazer suas observações. Convido novamente a deputada Gleice para conduzir a Sessão, acompanhando aqui nosso amigo Ricardo Bueno. Com a palavra, Ricardo Bueno.

SENHOR RICARDO BUENO (coordenador do Fórum do SINTSS/MS) — Obrigado, presidente, deputado Gerson Claro. Eu até brinco dizendo que toda vez que uso a tribuna vem gente me perguntar se sou candidato... Quero deixar bem claro que quando a gente faz uso da tribuna aqui é principalmente para defender o servidor público, defender Mato Grosso do Sul. Não sou candidato! O presidente do meu partido, Paulo Duarte, sabe disso — para não ficar dúvidas quando a gente fala aqui. Mas vamos lá. Deputado Gerson, eu anotei algumas coisas, e tudo que eu falar aqui, falo com base em documentação, e o fórum está disposto a sentar com os deputados para fornecer os documentos; por vezes alguns pedem documentos para o governo e para a previdência, mas não conseguem avançar. Essa luta nossa da previdência não começa no ano de 2023, 2024, ela vem desde 2017. Em 22 de fevereiro de 2017, enviamos um ofício, cuja cópia está aqui, ao então governador Reinaldo Azambuja, porque já nos preocupávamos com o que estava acontecendo com a previdência em Mato Grosso do Sul. E ali alertávamos ao governador sobre irregularidades nos repasses, irregularidades na condução da previdência do servidor público de Mato Grosso do Sul. Dia 18 de maio de 2017, ofício novamente ao governador; atraso de 34 milhões no repasse, dinheiro retido esse que foi descontado do trabalhador e não era repassado, seguindo a lei da segregação de massa, de que muitos deputados desta legislatura participaram. Ainda em maio de 2017: pedido de providência aos órgãos fiscalizadores. Entregamos ao senhor procurador-geral de Justiça, senhor Paulo César Passo, toda a documentação que mostrava que existia uma irregularidade: o dinheiro era descontado do trabalhador



e não chegava à previdência. Ali estava ficando cada vez mais claro que a previdência ia de mal a pior. A 23 de maio: pedido de providência ao MPF, declinado em agosto do mesmo ano. 14 de junho: vejam que coincidência, a gente denuncia em maio ao MPT/MS, e aí sai uma ata da Comprev [*Compensação Previdenciária*] dizendo que o governo parcelaria sua dívida. Isso é uma manobra contábil, porque, se você não tem dinheiro, como que você desconta do trabalhador e depois parcela em 60 vezes para pagar?! E todo mundo fazendo vista grossa, parece que nada acontecia naquela previdência. Quando chegamos a 13/07/2017, novamente uma surpresa: discute-se um projeto acabando com a segregação de massa... Segregação de massa essa, deputada Mara, que na época era de 400 milhões; era uma reforma que vinha tentando resgatar a previdência, ela salvava quem entrava a partir de 2012 e, conforme o caixa fosse melhorando, começava-se a resgatar. Na época conversamos muito com o então presidente Junior Mochi, ele foi bastante até a Previdência atrás de documentação... E ali existia já uma auditoria interna que dizia: se acabar com a segregação de massa, enterra-se a previdência de uma vez. Não conseguimos a vitória... Escusado lembrar de que maneira isto foi votado aqui; eu dormi aqui, alguns apanharam no outro dia da polícia aqui dentro (a polícia teve de agir por ordem de cima, ainda que talvez contrariada) — acabou que se fez a reforma acabando com a segregação de massa. Naquela época eu cobrei, deputado Junior: estava errada a de 2012 ou estava errada a de 2017 que estava sendo feita?!... Fiz uma conta simples; liguei para o representante do Dieese [*Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos*] e pedi "faça esta conta para mim"... Juros simples, sem aplicação, 400 milhões, hoje, se fossem juros de poupança, quanto seria?... 650 milhões!... juros simples, sem aplicação... Mas acho que o governo é mais inteligente, tem pessoas capacitadas que investiriam melhor do que em juros de poupança. Paulo, hoje, 650 milhões, mais o dinheiro que estaria entrando se não se tivesse acabado com a segregação, por baixo: 1,2 bilhão. Mas nós acabamos com isso, com essa reforma de 2017. Vejam como está difícil salvar nossa previdência; em 2018 entra a reforma que cria a previdência privada, que é a complementar. E aí a gente, como sindicalista, como servidor, está discutindo o tempo todo. Vamos fazer concurso. Vamos fazer concurso dos professores convocados. Vamos fazer concurso para a saúde, para a polícia... Será que assim nós vamos salvar a previdência?!... Não vamos salvar, Junior! Porque se as pessoas que entrarem a partir de então contribuem só até o teto e depois têm de complementar com a previdência privada, que horas que a gente recompõe o fundo da nossa previdência? A gente não recompõe, esse dinheiro não será recomposto. Estive conversando com alguns aposentados, servidores que por direito, na educação, por insalubridade, na polícia, aposentam-se com 55, 56 anos de idade — essa pessoa vai viver no mínimo vinte anos, falava com o Coronel David sobre isso... Ele disse que vai viver mais, vai dar trabalho para o Kemp um tempo ainda... Vivendo essa pessoa mais vinte anos, será que terá dinheiro lá no fundo? Porque, com a reforma de 2018, o dinheiro vai para o privado, não vai para fundo próprio. Veja o desgaste que se faz nessa previdência! Em 2018 oficiamos, dia 13 de julho, ao governador e ao deputado Junior Mochi, presidente da Casa, e a 2 de agosto ao relator, deputado Barbosinha, mas infelizmente o projeto passou. Passou goela abaixo, sem

discussão com o trabalhador. Está ali o Bianco [*presente na plenária*], que desistiu de ficar no Comprev, porque nada do que se anotava de irregularidade no Comprev era respeitado. *Conselho* já diz: aconselhar, estudar números. Se não é assim, que se acabe então com o Comprev; para que Comprev se a gestão não o respeita?... Aí vem a reforma de 2020. A reforma de 2020 é a pior, tomamos essa reforma durante a pandemia, quando não podíamos estar dentro desta Casa, que é a casa da democracia. Pois essa reforma taxou os aposentados até abaixo do teto. Então, na verdade são três reformas. Se nos aprofundarmos na questão, veremos que na verdade há mais reformas nessa história de Mato Grosso do Sul. Eu contextualizei um pouco, gente. Mas bem... Se vocês forem atrás, com a comissão que têm aqui, das atas do Comprev, verão que todas contam história da previdência, todas contrárias a essas reformas, pareceres que não foram respeitados. Aí eu me pergunto, Gleice — que está nos apoiando aí, muito solidária, bem por dentro do assunto —, em que momento da história (não importa o governo, é governo Zeca, governo André, governo Azambuja, governo Riedel...) o governo errou? Em que momento a Casa errou? Porque vocês aqui acabam sendo os executores; o servidor é condenado, mas quem passa o facote no pescoço, quem serra o pescoço do trabalhador acaba sendo vocês, porque aqui é a Casa de Leis, não é? deputada Mara, não tem jeito. De certa forma não é culpa de vocês, porque vocês não são Executivo, mas o Legislativo terá de fazer um *mea culpa* para discutirmos realmente de forma salutar o que podemos fazer. O olhar administrativo que a gestão tem hoje não atende aos nossos anseios; é um olhar só para os números, não é um olhar para o social, para a dificuldade do trabalhador: ninguém olha pra isso. "Oh, está difícil aqui, eu tiro o dinheiro dali, ponho aqui"... Quantas vezes — o Paulo, que já foi de secretaria de Fazenda, auditor, sabe como é —, quantas vezes o dinheiro não foi tirado do caixa da previdência para atender a outros interesses neste estado (e no Brasil, lógico)?... De modo que precisamos mudar essa visão. A questão não é simplesmente resolver o problema dos aposentados, gente. Os trezentos não resolveram. Os trezentos não resolvem a previdência para o futuro, porque não se desconta nada em cima deles de previdência. A falta de reajuste salarial dos últimos anos impacta nisso. Então nós temos de pensar é em resolver o problema da previdência. Porque, se o aposentado que viver mais dez, quinze anos terá previdência, aquele que viver mais não terá. Eu não terei! Quem está na ativa não vai ter. Quem vai entrar não vai ter. Porque inventaram a previdência complementar. Como já disse, Junior, só deputado de primeiro mandato não viu isso, os outros todos já passaram por essas reformas. Não estou aqui fazendo caça às bruxas, deputada Mara, agradeço sempre a sua parceria. Não é um caça às bruxas, mas precisamos rever alguns conceitos, vamos discutir com um olhar para o servidor, com um olhar realmente para este estado, porque do jeito que está o caixa não vai aguentar, não há dinheiro na previdência. Vai chegar uma hora em que o estado não vai conseguir pagar a folha, não vai ter mais 400 milhões para pagar a folha — já não tem mais, antes tinha. Vai chegar uma hora em que o estado não terá mais condições de pagar a folha, e aí?... vai começar a atrasar?... Há trabalhador que com o que ganha só dá para comer e comprar remédio, é assim que está a coisa, com o salário desvalorizado e sem reajuste. Dos 14% para os 11%, isso é meio complicado, porque em nível nacional

foi estipulado 14%. Nalguns lugares ainda está 11%, mas daqui a pouco os caras são notificados e... Mas será mesmo que há tanta dificuldade assim de ir dos 14% para os 11%?... Alguns estados fizeram isenção até o teto; alguns estados isentaram aposentadoria por invalidez. Há coisa pior, Paulo Duarte, o senhor como deputado e servidor, há coisa pior que o cara trabalhar para este estado, doar a vida dele, sua saúde mental, física, e aí, no momento em que se aposenta por invalidez, ter de continuar pagando?!... Isso é por incompetência de *gestões*, não é de uma gestão, isso se deve a governos que fizeram uma governança de *governo* e não *de estado*. E nós temos de rever isso: qual reforma deu errado? Qual dará certo? A gente precisa de vocês aqui da Casa, deputada Gleice, deputado Paulo, Pedrossian, Hashioka... Até falei para o Hashioka que ele ficasse aqui pra isso. Eu acho que isso cabe a vocês e vocês têm o apoio de todos os servidores. O fórum está disposto a sentar com vocês. Não sei se vocês têm a auditoria da Brasília. Nós temos. Foi difícil de conseguir na época, mas nós temos. Na época até a mostramos para o deputado Junior: "Junior, olha como está a saúde"... Só que foi todo mundo atropelado na época, vocês não tiveram escolha, o projeto caiu aqui e a coisa tinha de ser feita. O nosso apelo, gente, é que a comissão de previdência, ou melhor, a Assembleia como um todo, deputada, abrace realmente o servidor, de maneira que o servidor possa participar dessa discussão: vamos resolver o problema juntos. Porque não dá para andar pelo município de Campo Grande e ver vários conjuntos habitacionais construídos com o dinheiro do servidor e não se indignar: fizeram política com o dinheiro do servidor. A lei que passou aqui, deputado Junior, temos de verificá-la, porque não conseguimos ver números; os 400 milhões voltariam para o caixa, não está na lei? O senhor sabe disso, o senhor era o presidente. Esses 400 milhões voltaram para o caixa? O Bruno é lá do conselho. Não voltaram, Bruno, você sabe disso. Então foram passando leis e, a meu ver, esta Casa foi enganada, deputado Junior, porque prometeram para vocês que era uma reforma temporária, que esse dinheiro voltaria, e esse dinheiro não voltou. A decisão é de vocês. Mas eu acho que não dá mais para toda vez vir aqui e acusar o problema por partes: hoje arruma um dedo, amanhã é o pé... Vamos resolver o corpo, que é o corpo da previdência, o corpo de Mato Grosso do Sul, quando se fala principalmente na saúde do trabalhador. Porque o servidor sem salário, ou com salário atrasado, e com a previdência com o salário lá embaixo, descontado um monte — sua saúde física e mental vai pro brejo. A gente conta com vocês. Se vocês quiserem se reunir conosco — os deputados da comissão da previdência e os demais —, nós vamos lhes mostrar que estamos tentando, desde 2017, ser parceiros deste estado, ser parceiros como entidade sindical, ser parceiros como fórum, para resolver o problema. Só que nós precisamos de ajuda, principalmente desta Casa aqui, que tem muito força para fazer isso pelo servidor público de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhora presidente.

PRESIDENTE (deputada Gleice Jane - PT) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Primeiro eu quero cumprimentar o meu amigo Ricardo Bueno; tantas lutas passamos aqui juntos. Gostaria, porém, de fazer uma colocação que acho extremamente importante. Quando da aprovação da reforma da previdência eu era de fato o presidente da Casa. Mas eu quero dizer, e o Bueno se lembra disso, que, primeiro, em nenhum momento me furtei a qualquer discussão nem deixei de receber os servidores nessa discussão. E assumi então um compromisso com eles: eu apresentei, assinada por outros deputados, como o Pedro Kemp que está aqui, uma emenda ao projeto, no dia anterior à votação, justamente para isentar do aumento da previdência, de 11% para 14%, os servidores que ganhassem até o teto — emenda que foi aprovada. Segundo, que apresentei uma segunda emenda, porque tínhamos duas discussões na Casa à época da reforma da previdência: o aumento do percentual da contribuição de 11% para 14% e o dinheiro que havia depositado no fundo — fui relator do projeto da segregação de massa —, fundo previdenciário superavitário: 372 milhões havia na conta naquele momento. O artigo 24 da lei, me lembro bem, tirava 3% — os poderes tinham dificuldade de aumentar para 28% a contribuição, pois ia afetar o comprometimento com a Lei de Responsabilidade Fiscal relativamente aos limites da folha —, a contribuição haveria, mas não era contribuição direta ao fundo de previdência. E o que que nós fizemos na Casa? Apresentamos uma emenda estipulando que esses 3% seriam destinados à recomposição do fundo. Na época eram aproximadamente seis milhões de reais por mês, que durante sessenta meses davam exatamente os 372 milhões, na recomposição do fundo. Essa foi a reforma, nós conseguimos na última hora, num acordo, fiz reunião com todos os setores; e a minha relação, graças a Deus, sempre foi muito boa, tranquila, serena, transparente e sincera com todas as categorias aqui na Casa. E naquela época, sim, nós fizemos e foi aprovado. Obviamente, depois houve uma mudança; mas aí eu já não estava mais na Casa, e nem quero aqui fazer crítica... Mas essas duas questões que eram extremamente importantes, elas foram retiradas do texto. E isso trouxe de volta essa discussão que ora travamos na Casa. O fundo era realmente para ter sido recomposto: importante que se diga. Outra coisa importante, e que o Bueno está salientando aqui, é que realmente esta é uma discussão que tem ser muito clara, sincera; não adianta ir buscar culpado no passado. Nós advimos do Mato Grosso; infelizmente, na divisão do estado, nós ficamos com a conta, eles ficaram com o fundo, com o dinheiro, se havia. Não houve a compensação devida para Mato Grosso do Sul, esta é a verdade nesse processo histórico. De qualquer maneira, infelizmente, estamos num momento em que a previdência volta a ser discutida. Não podemos chegar daqui a três, cinco anos, e estar discutindo previdência de novo, aumento de alíquota, a coisa tem de ser muito franca, muito sincera, de maneira que todos os servidores saibam que o dinheiro que é da previdência é deles, é para o futuro de cada um que amanhã ou depois se aposenta e quer ver o recurso lá no fundo para ele receber aquilo que é justo. Então quero aqui parabenizar pela fala, acho importante trazer essa questão, e acho que podemos discutir isso com muita maturidade; e entendo que o governador do estado, como sempre, vai estar à disposição para que possamos discutir a questão e fazer um encaminhamento correto, para que todos os servidores sejam beneficiados. É verdade que, ao termos aberto mão lá

atrás de concursos públicos, nós diminuimos muito o valor colocado no fundo previdenciário. A regra geral reza que você precisa de quatro servidores na ativa para cada um inativo, porque você paga vinte e poucos por cento; mas hoje aqui no estado é um e pouco por um. Então na verdade esse fundo, quando chegar lá na frente, terá dificuldade de novo, e a Assembleia, aqueles que aqui estiverem, terão de discutir isso de novo. Mas eu o parabenizo pela fala, uma fala muito clara, e acho que a Casa (não só a Casa: o estado) tem de se preocupar, porque previdência é assunto sério.

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Obrigada, deputado Junior Mochi. Obrigada, Bueno, pela presença. A Casa tomou a decisão de criar uma comissão para fazer estudos, acompanhar esse processo. O Bueno assinala com razão que não dá mais para pensar a previdência por pedaços, precisamos entender a previdência na sua totalidade, entender a previdência dentro do conjunto da organização do estado. A previdência não se mantém sem servidor público na ativa, e a população precisa do serviço público.

SENHOR RICARDO BUENO (coordenador do Fórum do SINTSS/MS) — O que a gente queria pedir, deputada, é isto mesmo. Nós temos pessoas no fórum que conhecem muito da legislação da previdência, dos números. O trabalhador tem o fórum, tem a Fetems, tem outras federações, então que indiquemos ali duas pessoas para participar da discussão, para acompanharmos com vocês o debate, que temos certeza que o servidor tem muito a contribuir.

PRESIDENTE (deputada Gleice Jane - PT) — Vamos levar sua reivindicação para a comissão, para a Mesa Diretora, para ver se é possível acatá-la. Eu particularmente não vejo problema, mas é preciso dialogar isso com toda a comissão. De qualquer forma, Bueno, já quero aqui deixar combinada com vocês uma reunião — o deputado Paulo Duarte que até agora há pouco estava aqui vai, acho que os outros também se dispõem a ir. Da minha parte, assumo o compromisso de que vamos nos reunir com o fórum, para pegarmos esses documentos, estudá-los, que são dados importantes. Eu acompanho a luta da previdência pelo viés do sindicato, sei que o sindicato realmente tem muito estudo, muito conhecimento acumulado colhido ao longo da luta — são muitas histórias e muitas lutas. Então quero, sim, sentar com vocês, é um compromisso do meu mandato, mas vou dialogar também com a comissão para que possamos fazer isso no momento certo, com toda a equipe, para entendermos realmente a previdência dentro da lógica mais ampla do estado. Parabéns pela fala, obrigada por ter vindo aqui contribuir conosco nesse debate.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Permite ainda deputada, só um minutinho?

PRESIDENTE (deputada Gleice Jane - PT) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero parabenizar o Bueno pela fala. E quero dizer, Bueno, que há muitos anos ouvimos falar da situação da previdência aqui no Mato Grosso do Sul. Ouvimos falar dos imóveis da antiga Previsul, da compensação



do Ipemat [*Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso*], da compensação com o INSS. Isto é falado mas não há um aprofundamento no debate, para a gente de fato fazer acontecer — fazer acontecer essas compensações, capitalizar o fundo de previdência do Mato Grosso do Sul. Porque quem está pagando a conta é o servidor, inclusive o servidor que já pagou a vida inteira, se aposentou agora, e continua pagando, tudo para fazer frente a esse rombo. Então eu acho que agora é a oportunidade, com essa comissão na Assembleia, formada para discutir especificamente essa questão do déficit da previdência; e acho excelente a disposição do fórum dos servidores de indicar representantes, vocês podem contribuir muito com esse debate. E sugiro que estabeleçamos um prazo; acho que é isso que temos de fazer, deputada Gleice, apresentar ao presidente da Assembleia um prazo para essa comissão apresentar aqui uma proposta concreta de como que nós podemos aliviar esse rombo aí — com compensação, etc. E mais para a frente, aí retomamos o debate sobre os 14% que hoje são descontados dos aposentados. Obrigado.

SENHOR RICARDO BUENO (coordenador do Fórum do SINTSS/MS) — Obrigado.

PRESIDENTE (deputada Gleice Jane - PT) — Obrigada.

PARTICIPANTE (não identificado, perguntando da plenária) — O senhor vai participar dessa comissão?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou participar, sim, com certeza; se não oficialmente, pelo menos como alguém interessado no assunto.

PRESIDENTE (deputada Gleice Jane - PT) — Agradeço a presença do Bueno, do nosso convidado. Está reaberta a Sessão (12h00). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não havendo oradores inscritos nem mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. Bom dia a todos (12h01min).